

O peso das normas: transgeneridade, desigualdades e invisibilização de estudantes trans em instituições de ensino paraense

ARTIGO

Lauribaldo Calandrini de Azevedo Netoⁱ 

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Vergas Vitória Andrade da Silvaⁱⁱ 

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

1

Resumo

Este artigo analisa as trajetórias de transgeneridades nos ambientes educacionais, focando as barreiras enfrentadas por estudantes trans na Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa, vislumbrada pelos estudos de Judith Butler, parte do pressuposto de que o peso das normas educacionais e sociais, centradas na cisgeneridade e no binarismo de gênero, impactam negativamente a autodescoberta e o reconhecimento da identidade de gênero, contribuindo para invisibilização e desigualdades na universidade. O objetivo do estudo é investigar como esses desafios influenciam o percurso educacional dessas pessoas, com ênfase nas experiências de estudantes transgêneros na UFPA. A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em entrevistas não diretivas, cujas respostas foram analisadas por meio de análise do discurso. Os resultados revelam que as instituições educacionais, ao reforçar normas binárias de gênero, promovem um ambiente hostil à diversidade de gênero. Conclui-se que a falta de preparo institucional contribui para a reprodução das desigualdades educacionais no Ensino Superior.

Palavras-chave: Transgeneridade. Normas. Desigualdades. Identidade de Gênero. Ensino Superior.

The weight of norms: transgenderism, inequalities and the invisibility of trans students in educational institutions in Pará

Abstract

This article analyzes the trajectories of transgenderities people in educational environments, focusing on the barriers faced by trans students at the Federal University of Pará (UFPA). The research, based on Judith Butler's studies, is based on the assumption that the weight of educational and social norms, centered on cisgender and gender binarism, negatively impact self-discovery and recognition of gender identity, contributing to invisibility and inequalities at the university. The objective of the study is to investigate how these challenges influence the educational path of these people, with an emphasis on the experiences of transgender students at UFPA. The methodology adopted was qualitative, based on non-directive interviews, whose responses were analyzed through discourse analysis. The results reveal that educational institutions, by reinforcing binary gender norms, promote an environment hostile to gender diversity. It is concluded

that the lack of institutional preparation contributes to the reproduction of educational inequalities in higher education.

Keywords: Transgenerity. Norms. Inequalities. Gender Identity. Higher Education.

1 Introdução

2

O processo de transgeneridade é encarado socialmente como um tabu, sendo constantemente reprimido. A sociedade adota uma concepção binária de gênero, atribuindo, no nascimento, o masculino e o feminino com base na genitália, desconsiderando a autopercepção das pessoas em relação à sua identidade de gênero. Nesse contexto, as instituições sociais, como a escola, desempenham um papel fundamental na manutenção das normas binárias, garantindo que os indivíduos se ajustem a essas categorias. Conforme afirmam Machado e Salva (2025), as identidades de gênero são formas de distinguir meninos e meninas, homens e mulheres, e as instituições de ensino, como parte integrante da sociedade, contribuem para essa construção.

Em contraposição a essa visão de naturalização do gênero, a filósofa Judith Butler (2003) desafia a cisheteronormatividade e as estruturas binárias, argumentando que a identidade de gênero não está intrinsecamente ligada aos corpos masculino e feminino. Para essa autora, o gênero é um conceito socialmente construído, fluido e transitório, e a identidade de gênero é, na verdade, “uma *performance* sustentada por sanções sociais” (Butler, 2019, p. 214). Ela destaca que, no contexto de um modelo idealizado de heterossexualidade, os incentivos e as proibições que moldam a identidade de gênero visam a regular a sexualidade dentro da estrutura reprodutiva.

Nessa mesma linha de raciocínio, é por causa da naturalização do padrão cisheteronormativo e binário que o ser humano é rotulado pela sua condição de gênero. Quem foge ao padrão tem sua sociabilidade prejudicada, porque é desintegrado de seu meio social e, muitas vezes, tem seus direitos humanos violados. É o que destaca Butler (2019) quando afirma que o gênero é um projeto que tem como fim a sobrevivência cultural. Assim, a *performance* de gênero acontece em uma condição coercitiva, com

consequências punitivas. São essas *performances* que podem garantir, ou não, a humanização de indivíduos na cultura contemporânea.

A esse respeito, Butler (2019, p. 226) afirma: “performar seu gênero de maneira errada implica um conjunto de punições, tanto óbvias quanto indiretas, e performá-lo bem garante a reafirmação de que, no fim das contas, existe uma essencialidade de gênero”. Por essa razão, a filósofa assegura que um discurso que impõe uma visão restrita sobre o gênero, ao afirmar o binarismo entre homem e mulher como a única forma de entender o conceito de gênero, exerce uma função regulatória de poder que naturaliza a norma dominante, dificultando a possibilidade de questionar ou romper com essa estrutura (Butler, 2022).

Desse modo, a abordagem teórica que fundamenta esta pesquisa entende o trânsito de gênero como uma *performance* que desestabiliza as normas, resultando em respostas sociais punitivas. Assim, viver uma identidade trans é um desafio, uma vez que envolve resistir aos obstáculos impostos pelas instituições sociais e educacionais, além de combater a exclusão social pautada em expressões de violências que exigem responsabilidade coletiva e o comprometimento do Estado e da sociedade na construção de políticas públicas que garantam cidadania e visibilidade. Com base nessas considerações e com elas dialogando, o presente estudo visa a analisar as trajetórias de transgeneridade no ambiente universitário, focando as barreiras enfrentadas por estudantes trans na Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa parte do pressuposto de que o peso das normas educacionais e sociais, muitas vezes centradas na cisgeneridade e binarismo de gênero, impactam negativamente a autodescoberta e o reconhecimento da identidade de gênero, contribuindo para invisibilização e desigualdades na universidade. O objetivo do trabalho é investigar como esses desafios influenciam o percurso educacional dessas pessoas, com ênfase nas experiências de estudantes transgêneros na UFPA.

Para dar conta desse propósito, o artigo pretende oferecer resposta às seguintes questões-problema: como as normas educacionais e sociais impactam a trajetória de autodescoberta e reconhecimento da identidade de gênero de estudantes trans e de que

maneira esses desafios e barreiras contribuem para a marginalização e invisibilização das pessoas trans no ambiente universitário de Belém-PA?

A justificativa para esta pesquisa fundamenta-se na necessidade de ampliar os estudos sobre gênero e educação, uma vez que, apesar das diversas pesquisas na área, as vivências de estudantes trans em universidades públicas ainda são pouco investigadas, sobretudo no contexto das instituições do Norte do Brasil. Dessa forma, este artigo contribui para suprir essa lacuna, oferecendo uma análise sobre as dinâmicas de marginalização e invisibilização enfrentadas por esses estudantes no Ensino Superior.

Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas não diretivas, cujas respostas foram analisadas por meio da técnica de análise do discurso. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas abertas, possibilitando a exploração das vivências dos participantes. Os relatos obtidos foram transcritos e examinados com base nos princípios da análise discursiva. Além disso, o estudo seguiu rigorosamente os parâmetros éticos, incluindo a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados obtidos revelaram como os estudantes trans percebem os espaços educacionais e como esses espaços influenciam a construção de suas identidades de gênero. Observou-se que o ambiente universitário favorece a cisgeneridade, o que resulta em um percurso educacional marcado por hostilidade para os estudantes que não se conformam ao padrão binário. Além disso, o estudo evidenciou que a opressão relacionada a comportamentos e *performances* de gênero não normativas gera desconforto e frustração, impactando negativamente a trajetória educacional e reforçando as desigualdades educacionais. Constatou-se também que as instituições educacionais não estão preparadas para lidar com as especificidades das expressões de gênero no processo de transidentidade, o que contribui para a reprodução da marginalização social de pessoas trans no contexto acadêmico.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais três seções. A primeira descreve a metodologia adotada, destacando a abordagem qualitativa e a análise discursiva das vivências de estudantes trans no Ensino Superior. Na segunda, são

2 Metodologia

O presente estudo foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, porque permite à investigação “aproximar-se da história e da literatura, com as quais compartilha o objeto – a vida social – e o instrumento – a linguagem e capacidade de argumentar” (CEBRAP, 2016, p. 8). Logo, é uma perspectiva eficaz para a compreensão integral de vivências pessoais no decorrer do itinerário educacional. É, portanto, uma pesquisa de cunho descritivo exploratório, pois, além de descrever percursos vivenciados por estudantes, ela também analisa os obstáculos desse trajeto vislumbrando seus efeitos e consequências. A partir disso, fez-se necessário partir de um método de reconstrução individual de trajetórias, neste caso, na educação, pelo motivo de ser possível “traçar um quadro vívido dos fenômenos sociais, reconstruindo a experiência subjetiva de processos e estruturas sociais” (CEBRAP, 2026, p. 14).

O método para a coleta de dados foi efetuado mediante entrevistas não diretivas, considerando que o estudo busca reunir informações minuciosas de trajetórias subjetivas no decorrer do processo educacional e, conforme discorre Michelat (1982, p. 193), “a informação conseguida pela entrevista não diretiva é considerada como correspondendo a níveis mais profundos”. A assertiva que norteou a conversação foi “fale da sua relação com as instituições de educação as quais frequentou ou frequenta”. É um tipo de indagação aberta que permite ao entrevistado discorrer sobre suas experiências subjetivas e fornecer informações colaborativas para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, o fato de ser um questionamento aberto “dá mais liberdade para o entrevistado dirigir a própria narrativa” (CEBRAP, 2016, p. 12).

A pesquisa foi realizada no *campus* Belém-PA da Universidade Federal do Pará, tendo como grupo-alvo três estudantes trans da instituição. Esses participantes são fundamentais para a investigação, pois representam diretamente o público a que o estudo se destina. Como destaca Quivy (2005), são eles “os que constituem o público a que o estudo diz diretamente respeito”. Dois dos entrevistados foram indicados por pessoas próximas aos pesquisadores, e a outra pessoa foi contatada durante um evento acadêmico. No contato inicial, conversávamos sobre o desenvolvimento do estudo, seus objetivos e finalidades. Posteriormente à apresentação dos esclarecimentos preliminares, o interlocutor dizia o seu consentimento em colaborar ou não com o trabalho.

Os três interlocutores que aceitaram compartilhar suas trajetórias educacionais estavam cursando a graduação e passando pelo processo de transição de gênero por meio de terapia hormonal. Dois deles residiam com suas famílias, que os acolheram e respeitaram suas identidades, enquanto um morava sozinho, mantendo uma relação próxima e harmoniosa com a mãe. São jovens cheios de sonhos e incertezas sobre o futuro, que demonstraram entusiasmo ao relatar suas experiências na educação, reconhecendo essa oportunidade como uma forma de ampliar o conhecimento sobre a temática. Além disso, enxergaram essa contribuição como um meio de fortalecer a comunidade transidentitária, frequentemente silenciada e oprimida também nas instituições educacionais.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, com agendamento prévio de duas semanas e confirmação dois dias antes por meio do WhatsApp. No dia marcado, as intenções da pesquisa foram reiteradas, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado e assinado pelos interlocutores e pelos responsáveis pelo estudo. Esse documento assegurou o cumprimento dos parâmetros éticos estabelecidos. Durante a entrevista, os participantes compartilharam suas trajetórias educacionais, enquanto seus relatos eram gravados. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas com base na técnica de análise do discurso. Quanto a esse último, vale ressaltar que:

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interesse. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2009, p. 15).

7

Desse modo, esse método de análise foi considerado o mais adequado para identificar as adversidades enfrentadas por pessoas transgêneras no contexto educacional. Além disso, permite interpretar os efeitos e as consequências das experiências vivenciadas ao longo de seus trajetos acadêmicos. Com isso, a pesquisa revela a realidade desses sujeitos, explorando suas percepções e sentimentos singulares em relação ao objeto de estudo, bem como os impactos dessas vivências em suas vidas pessoais e sociais.

3 Resultados e Discussões

Como ponto de partida de análise deste estudo, reproduziremos em primeira instância os relatos colhidos nas entrevistas. Os dados referentes às experiências no contexto educacional de nossos interlocutores são apresentados em terceira pessoa, e os nomes utilizados são fictícios. Essa medida é uma maneira de preservar suas identidades e histórias. Na sequência, apresentaremos uma análise qualitativa dos dados.

Bruna, 22 anos: desafios, conquistas e a busca por acolhimento na universidade

Bruna, desde a infância, sentia-se diferente, mas não compreendia o motivo. Em casa, era repreendida por expressar comportamentos considerados femininos, que não correspondiam às expectativas impostas a um garoto. Essa repressão também se manifestou ao longo de sua trajetória educacional. Durante o Ensino Médio, foi forçada a se comportar como um menino, o que lhe causava grande insatisfação. Era frequentemente percebida como um garoto *gay* e, por isso, relata ter sido alvo de “*alguns*

comentários homofóbicos”. Além disso, ao transitar pelos espaços escolares, sentia-se assediada pelos demais estudantes, situação que perdurou durante todo o período colegial.

Aos 21 anos, Bruna ingressou no Ensino Superior. Com a conquista de um estágio remunerado, adquiriu maior independência financeira e decidiu iniciar sua transição de gênero. Nesse período, participou de um grupo de pesquisa dentro da universidade e, em seu relato, destaca que, pela primeira vez em uma instituição de ensino, sentiu-se acolhida e respeitada por sua orientadora e pelos demais membros do grupo. Essa experiência proporcionou-lhe maior conforto e segurança em seu processo de afirmação identitária.

No entanto, em relação ao *campus* universitário, Bruna expressa desconforto quanto ao uso dos banheiros, como menciona: *“Não me sinto à vontade usando o banheiro masculino e nem tão passável assim pra usar o banheiro feminino”*. Diante dessa dificuldade, evita utilizar qualquer banheiro nas dependências da universidade e sugere a implementação de um banheiro unissex, como forma de garantir sua segurança e bem-estar.

Pedro, 27 anos: questões identitárias de gênero e bullying no percurso educacional

Pedro não guarda boas lembranças de sua trajetória educacional e classifica as escolas que frequentou durante a infância e adolescência como ambientes “hostis”. No jardim de infância, estudou em uma escola que dividia as turmas entre “regulares” e “especiais”; ele foi inserido na segunda categoria por ser portador de epilepsia e por apresentar comportamentos que destoavam do esperado para meninas.

À medida que crescia e mudava de instituição, a dinâmica escolar se transformava, mas a hostilidade persistia. O *bullying* que se apresenta como uma interação violenta, assimétrica e marcada por relações de poder e dominação, impulsionado tanto por estudantes quanto por professores, era uma forma de interação social na escola, e Pedro foi frequentemente apelidado de “maria-macho”. Além disso, sua postura, forma de andar, tom de voz e corte de cabelo eram constantemente questionados

e corrigidos por professores, coordenadores e diretores, que o pressionavam a se enquadrar tanto no modelo de “bom aluno” quanto nos padrões normativos da feminilidade.

Para Pedro, todas as escolas que frequentou foram “omissas” em relação às violências que sofria por sua expressão de gênero e bissexualidade. Ele acredita que essa negligência institucional intensificou a hostilidade que enfrentava, levando-o a ser agredido fisicamente em todas as escolas pelas quais passou até o Ensino Médio. Buscando fugir desse ciclo de opressão, mudou de escola diversas vezes, o que prejudicou sua trajetória acadêmica. No primeiro ano do Ensino Médio, ingressou em uma escola técnica, mas, por causa das violências vividas, não conseguiu se adaptar e reprovou em quase todas as disciplinas. Transferiu-se para outra instituição, no entanto, ao retornar para buscar seus documentos escolares, foi informado de que haviam sido perdidos, o que o obrigou a repetir o primeiro ano pela terceira vez.

Apesar dos desafios, conseguiu concluir o Ensino Médio por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em seguida, ingressou em uma faculdade particular pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), mas, enfrentando novas formas de repressão e discriminação, acabou abandonando o curso. Posteriormente, foi aprovado em uma universidade pública, onde mais uma vez vivenciou exclusão e preconceito por parte de colegas e professores. Durante esse período, teve que lidar com comentários religiosos de estudantes cristãos, que frequentemente questionavam sua identidade de gênero.

Diante das dificuldades, buscou apoio institucional e entrou em contato com sua faculdade para discutir medidas que garantissem um ambiente mais acolhedor. Foram realizadas conversas sobre o uso de banheiros e os procedimentos para a alteração de nome no sistema acadêmico. Além disso, contou com o auxílio de uma assistente social para obter uma bolsa estudantil e assegurar sua permanência na universidade. Embora houvesse diálogo com a instituição, Pedro ainda enfrentou resistência dentro da sala de aula: frequentemente, encontrava-se isolado em fileiras vazias, enquanto as demais

estavam ocupadas, e teve de lidar com comentários ofensivos, que preferiu não denunciar à coordenação do curso.

Lucas, 20 anos: resiliência e barreiras na caminhada acadêmica

10

Desde os cinco ou seis anos, Lucas experimentou um desconforto relacionado à sua identidade de gênero, algo que ele só veio a compreender plenamente na idade adulta. Ele recorda que, durante sua passagem pelo jardim de infância, se sentia deslocado, pois não se identificava com o comportamento das outras meninas e não conseguia se ajustar a ele. Ao longo da Educação Infantil, Lucas ficava frustrado por não poder jogar futebol, uma atividade vista social e escolarmente como exclusiva para meninos. Já na adolescência, enquanto cursava o Ensino Fundamental II, ele se sentia identificado com a aparência dos meninos cisgêneros com quem estudava e pensava: “*Eu quero ser assim*”. Durante o Ensino Médio, o mal-estar em relação às normas escolares que o forçavam a manter uma postura feminina persistiu, mas, como não compreendia o que acontecia consigo, Lucas acabou aceitando a situação e concluiu o Ensino Médio.

Após ingressar na universidade e reconhecer-se como pessoa transgênera, Lucas iniciou sua transição de gênero por meio de terapia hormonal. Esperava ser respeitado e acolhido no ambiente universitário, porém sua permanência foi prejudicada por atitudes transfóbicas. Ele precisou abandonar uma disciplina de um professor que se recusava a respeitar seu nome social e pronome. Embora tenha denunciado a violência vivida, a solução foi simplesmente “*deixar o episódio para trás*” e seguir em frente, tanto para ele quanto para o professor.

Em outras instituições educacionais, como cursos complementares de informática, inglês e profissionalizantes, Lucas enfrentou os mesmos desafios. Foi necessário se impor para garantir que seus direitos fossem respeitados e, assim, conseguir ser minimamente tolerado nesses espaços. Ele observa que, infelizmente, é apenas dessa maneira que pessoas trans conseguem estar em ambientes educacionais e alcançar seus objetivos.

3.1 Espaços educacionais e o binarismo de gênero

Os espaços educacionais (escolas, universidades, cursos profissionalizantes) são ambientes que, no processo de socialização, primam pela infusão das regras/normas sociais nos estudantes e, com isso, também legitimam o padrão binário de gênero e a cisnormatividade. Percebemos a naturalização dessa padronização pela uniformização (calça para meninos, saia para meninas), os banheiros são pensados para pessoas do sexo feminino e masculino, as brincadeiras nas aulas de Educação Física também são elaboradas de forma específica para meninos e para meninas. Assim, a lógica de organização desses locais de educação desconsidera a singularidade de gênero dos estudantes associados à sua autopercepção. Com base nessa premissa, podemos compreender o que provoca o sentimento de mal-estar vivido por um dos nossos interlocutores já no jardim de infância em relação às brincadeiras de que gostava, mas era constantemente proibido, como destaca seu relato a seguir:

eu ainda tava na escolinha, vamos dizer assim, já tava na escolinha. E eu percebia que eu não me via daquela maneira, não me via que nem as outras meninas naquele... naquele ambiente ali, né, antigamente. E, eu me senti mal, porque eu não poderia brincar de bola, o que é visto ainda pela sociedade como jogos masculinos. Então eu não conseguia me ver daquela maneira, e eu me sentia mal (Lucas, 20 anos, entrevista concedida em 20/10/2023).

Desse relato, depreende-se que o sentimento de frustração experimentado no jardim de infância, ao ser impedido de participar de atividades lúdicas de seu interesse, gera em Lucas uma sensação de não pertencimento ao ambiente escolar e insatisfação com as normas educacionais que intencionam forçá-lo a se conformar ao gênero atribuído ao seu nascimento, com base na sua genitália. Esse panorama é compartilhado por muitos estudantes transgêneros, que, desde os primeiros anos de escolaridade, começam a perceber e a expressar desconforto diante da imposição das normas de gênero. Esses episódios de inadequação nas atividades escolares reverberam ao longo do percurso

educacional, contribuindo para o processo de discernimento da identidade de gênero e influenciando a forma como os estudantes se percebem socialmente.

3.2 A disciplina e as consequências da inadequação às normas de gênero na escola

12

A autoridade atribuída aos professores nas escolas muitas vezes ultrapassa os limites em relação aos estudantes cujas expressões de gênero não se conformam às normas tradicionais. Ao identificar comportamentos que fogem da binaridade de gênero, esses profissionais frequentemente corrigem tais atitudes, como relatou um de nossos entrevistados, que compartilhou as cobranças que recebia: “*falavam sobre a forma como me sentava, como eu andava, o tom da minha voz, o corte de cabelo, a postura; tudo isso era cobrado de mim*” (Lucas, 27 anos, 29/08/2023). Essa atitude regulatória, vinda de educadores, gera desconforto e conflito nos estudantes, uma vez que, como apontam Lopes, Silva e Ferreira (2020, p. 86), “o conflito decorre da falta de diálogo”.

Assim, é evidente que os sistemas educacionais frequentemente não reconhecem a diversidade do público estudantil e, conforme observa Odara (2020, p. 85), “favorecem uma única característica humana neste ambiente”, ou seja, a cisgeneridade. Além disso, notamos a omissão das instituições educacionais e de seus profissionais em relação às questões de identidade de gênero e sexualidade, como ilustrado por um dos nossos interlocutores: “*eu acredito que essa omissão fez coisas tão horríveis para mim quanto as pessoas que me atacaram, porque eu apanhei em todas as escolas em que estive até o Ensino Médio*” (Pedro, 27 anos, 29/08/2023). Ou seja, o percurso educacional de Pedro foi drasticamente prejudicado, e a ausência de diálogo sobre questões de gênero e sexualidade impactou também seu rendimento acadêmico. Quando ele menciona “apanhei”, refere-se aos obstáculos que dificultaram seu sucesso e o reconhecimento de sua trajetória estudantil.

3.3 A externalização de *performances* comportamentais e a violência verbal

É comum, nos ambientes de ensino, que os alunos e as alunas que expressem comportamentos dissidentes de gênero sofram com diversos tipos de violência. Entre a variedade de agressões, estão as verbais, que buscam rotular, envergonhar e intimidar os que são acometidos por elas. É o caso de Pedro (27 anos), que era apelidado de “maria-macho”, e Bruna (22 anos), que era constantemente vítima de assédio e comentários homofóbicos no seu percurso estudantil. Esse tipo de conduta impõe severos desafios na trajetória educacional dos transgêneros. A escola, portanto, torna-se um lugar de extrema repressão para pessoas trans que, para permanecerem, precisam resistir diante dessa conjuntura que as marginaliza. A esse respeito, Butler (2022, p. 64) afirma:

Essa violência emerge de um profundo desejo de manter a ordem do gênero binário natural ou necessária, fazer dela uma estrutura, seja natural, seja cultural ou ambas, de modo a nenhum ser humano poder se opor a ela e ainda permanecer humano. Se uma pessoa se opõe às normas do gênero binário não apenas por ter um ponto de vista crítico sobre elas, mas por tê-las incorporado de maneira crítica, e sendo essa oposição estilizada legível, então parece que a violência surge justamente como a exigência de desfazer essa legibilidade, de questionar sua possibilidade, torná-la irreal e impossível diante de sua aparência contrária (Butler, 2022, p. 64).

3.4 O meio escolar e formação/percepção da identidade de gênero

Embora nos ambientes educacionais a conduta que foge às normas binárias de gênero seja frequentemente reprimida, é justamente nesses espaços que as pessoas trans começam a entender suas singularidades relacionadas ao gênero com o qual se identificam, muitas vezes por meio da observação das características físicas e comportamentais de outros estudantes. Como relatou um de nossos entrevistados, ele sentia uma satisfação ao olhar para os outros meninos e se ver ou se imaginar como eles, desejando expressar essa identidade para a sociedade. Esse processo ocorre especialmente durante o Ensino Fundamental II e a adolescência, momentos em que essas percepções influenciam diretamente o discernimento sobre sua identidade de

gênero e contribuem para a construção dessa identidade. Lucas expressa essa experiência de identificação com os meninos cisgêneros no depoimento a seguir:

Aquela pessoa na qual eu estava vendo eu me identificava com ela, ou seja, os meninos cisgêneros. Eu me identificava com alguma afeição que eles pareciam que, que eu me via no espelho, eu me olhava e falava “poxa eu quero ser dessa forma ou quero parecer dessa forma pra sociedade” (Lucas, 20 anos, entrevista concedida em 20/10/2023).

3.5 Instituições de Ensino Superior e as pessoas transgêneras

As unidades de Ensino Superior públicas são, em termos de diversidade, ainda mais plurais, englobando uma ampla gama de raças, etnias, sexos, gêneros e corpos. Embora a implementação da política de cotas nas universidades públicas torne esse espaço menos elitista e, consequentemente, masculino e branco, em relação às pessoas transgêneras, as políticas de reservas de vagas ou cotas ainda são muito escassas. Logo, esses espaços, estruturados historicamente, continuam a reforçar privilégios, como o da cisgêneridade. A interlocutora deste estudo relata que se sente insegura ao utilizar os banheiros, temendo represálias tanto nos ambientes masculinos quanto femininos. Essa estruturação institucional, portanto, contribui para a invisibilização das pessoas trans no Ensino Superior, impactando negativamente sua permanência nesses espaços educacionais e, consequentemente, prejudicando seu desempenho acadêmico.

O direito ao uso do nome social para pessoas trans, uma conquista reconhecida legalmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF)¹, ainda enfrenta desafios na prática. Um exemplo disso foi compartilhado por Lucas (20 anos), que precisou abandonar uma disciplina de seu curso de graduação devido à postura transfóbica de um professor, que se recusava a respeitar seu nome social e pronome. Mesmo após denunciar o episódio, nenhuma medida efetiva foi tomada, evidenciando a falta de acolhimento às transições de

¹ DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016: Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015e.

gênero no Ensino Superior e a ausência de punições adequadas para comportamentos transfóbicos. A desistência de Lucas, motivada pela violência sofrida, impactou diretamente seu rendimento acadêmico, levando a um atraso em seus estudos e prejudicando o desenvolvimento de sua carreira. Como destaca Odara (2020, p. 86), ao:

longo dos anos, percebe-se que o desrespeito às identidades sexuais e gênero dissidentes vem crescendo, a empatia e o respeito estão cada vez mais no esquecimento tanto no ambiente educacional quanto em algumas práticas exercidas pelos docentes. Portanto, são necessárias mudanças: a escola precisa assumir o seu real papel, que é transformar o que está imposto e exposto nesse contexto de desrespeito e desvalorização das diferenças.

3.6 O processo de transgeneridade e as desigualdades educacionais

A partir das narrativas sobre o itinerário educacional de pessoas transgêneros, observa-se que, mesmo quando a transição social não ocorre na infância, a externalização de características que destoam do gênero atribuído ao nascimento provoca uma regulação por parte da comunidade escolar. Nesse contexto, a história de Pedro (27 anos), que repetiu o primeiro ano do Ensino Médio três vezes e reprovou em disciplinas em uma escola técnica, apesar de já ter sido aprovado nos mesmos componentes curriculares, evidencia como essas situações impactam negativamente o desempenho e o rendimento escolar de estudantes trans. Tais experiências são, portanto, mecanismos que dificultam a construção de trajetórias educacionais bem-sucedidas. No caso de Pedro, esse impacto resultou em um atraso nos estudos, sendo que ele só concluiu a educação básica por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nesse ínterim, enfatiza Correia (2024, p. 12):

A discriminação contínua que essas pessoas enfrentam nas escolas, incluindo a negação do uso do nome social e a violência verbal e física, contribui para uma trajetória educacional interrompida. Essa interrupção educacional não só afeta a autoestima e a saúde mental dessas pessoas, mas também as priva de construir uma carreira estável e segura.

No percurso de sua educação superior, Pedro também enfrentou desafios significativos. Ele precisou abandonar o curso duas vezes por causa de situações transfóbicas, tanto de estudantes quanto de docentes. Apenas em sua terceira tentativa, ao buscar o apoio da secretaria de sua faculdade, ele encontrou acolhimento, embora tenha enfrentado inicialmente momentos de solidão, sentando-se sozinho em sala de aula. Esses relatos revelam que, nos ambientes educacionais, as pessoas trans são alvo de opressões, repressões e violações de direitos justamente por viverem identidades de gênero que desafiam a normatividade cisgênera. Isso resulta em favorecimento estrutural dos universitários cisgêneros e na exclusão sistemática das pessoas trans. A respeito das instituições de Ensino Superior, Pierre Bourdieu (2018, p. 45) destaca que “o sistema de educação pode, na verdade, assegurar a perpetuação do privilégio unicamente pelo jogo da sua própria lógica; dito de outra forma, ele pode servir aos privilégios sem que os privilégios tenham que se servir dele”. Na mesma linha de raciocínio, Pfeil *et al.* (2023, p. 11) asseveram:

Tal cisnormatividade atravessa um conjunto profundo, e complexo, epistêmico, onde é estruturada enquanto universal. Entender tais limites, portanto, é compreender a série de camadas necessárias para um desmonte efetivo de violências estruturais.

4 Considerações finais

Este estudo, que busca investigar como as normas educacionais e sociais impactam a trajetória de autodescoberta e reconhecimento da identidade de gênero de estudantes trans, bem como de que maneira esses desafios e barreiras contribuem para a marginalização e a invisibilização das pessoas trans no ambiente universitário de Belém-PA, conclui que as instituições educacionais, ao naturalizar as normas binárias de gênero, promovem exclusão, marginalização, invisibilidade e silenciamento das pessoas dissidentes de gênero.

A pesquisa revela, por meio dos relatos de nossos interlocutores, que o percurso educacional de estudantes transgêneros é marcado por desafios contínuos, que deixam

marcas profundas e consequências severas, como o atraso na trajetória educacional. A repressão vivenciada por essas pessoas se estende desde a Educação Infantil até a Educação Superior, silenciando suas vivências e suas identidades. Esse silenciamento é fruto da reprodução, nos ambientes educacionais, da postura social que marginaliza as pessoas trans, e todas as situações de opressão a que são submetidas contribuem para a invisibilização desses estudantes nas escolas e nas universidades.

Além disso, este trabalho evidencia que a estrutura e a organização dos sistemas de ensino são predominantemente pensados para atender às necessidades de pessoas cisgêneras. Esse desvelamento é fomentado pela ausência de banheiros adequados para estudantes trans, pela falta de acolhimento e compreensão em relação ao processo de transgeneridade e pela resistência ao uso do nome social. A conjuntura de opressão sofrida por estudantes trans nas escolas compromete diretamente sua permanência nesses espaços, resultando em um desempenho e rendimento educacional prejudicados. Assim, o itinerário educacional dessas pessoas é marcado por desigualdades, com trajetórias frequentemente caracterizadas por insucesso escolar e baixa escolaridade na população trans.

No campo do conhecimento, esta pesquisa contribui especialmente para a área da educação, ao revelar a realidade vivenciada pelos estudantes transgêneros nas unidades de ensino. Ao dar voz a essas pessoas que são reprimidas e silenciadas, o estudo oferece uma visão crítica e necessária sobre as desigualdades educacionais enfrentadas por elas. Trabalhos como este podem também servir como base para o desenvolvimento de políticas públicas que visem a aumentar o nível de escolaridade da população transgênera, além de fomentar a criação de medidas que possibilitem um percurso acadêmico mais inclusivo e prestigioso.

Entretanto, algumas lacunas permanecem. Este estudo se concentrou em relatos de indivíduos que iniciaram a transição de gênero na fase adulta. Com isso em mente, seria importante que pesquisas futuras abordassem o panorama escolar de crianças e adolescentes que passam pela transição social na infância e na adolescência, entendendo

como o sistema educacional pode impactar essas trajetórias desde os primeiros anos de escolarização.

Em suma, a maneira como as expressões dissidentes de gênero é tratada nas escolas e nas universidades tem efeitos prejudiciais e duradouros na vida das pessoas trans. Para elas, esses espaços, que deveriam ser fornecedores de conhecimento e aprendizado, muitas vezes se transformam em palco de diversas violências, nas quais elas são as principais vítimas. Nas unidades educacionais, assim como na sociedade, as histórias das pessoas trans são marcadas pela desumanidade, consequência do preconceito e da discriminação, perpetuando, assim, as narrativas das desigualdades.

Referências

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CAMPENHOUDT, Raymond Quivy Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.

CORREIA, Rafael dos Santos. Desafios e barreiras no acesso escolar para a comunidade trans: uma revisão bibliográfica. **Revista Foco**, v. 17, n. 9, p. 01-24, 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6206/4503>.

LOPES, L. S.; SILVA, F. J.; FERREIRA, A. V. (Pedagogia da) Convivência e práticas socioeducativas em uma ONG no Complexo do Salgueiro em São Gonçalo – RJ. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 5, n. 14, 2020. DOI: 10.25053/redufor.v5i14mai/ago.2089. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2089>. Acesso em: 17 mar. 2025.

MACHADO, A. M.; SALVA, S. Ser menino e ser menina em uma turma de crianças de multi-idade no contexto da Educação Infantil: diálogos sobre identidade de gênero. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 9, p. e11961, 2024. DOI: 10.25053/redufor. v9.e11961. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/11961>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 3. ed. São Paulo: 1982.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência**: Travestilizando a educação. 1. ed. Salvador, Bahia: Devires, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009. 100 p.

PFEIL, Bruno Latini *et al* (orgs.). Mapeamento educacional das transmasculinidades no Brasil. **Revista Estudos Transviados**, v. 4, n. 7, 2023. Disponível em: https://www.revistaestudostransviados.com/files/ugd/39941c_92b28a2ce1544d87a2faab418b40f228.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

ⁱ **Lauribaldo Calandrini de Azevedo Neto**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9390-3998>

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Membro do Grupo de Estudos em Sociologia, Educação e Desigualdades Sociais (GESEDES). Interessa-se pelo tema das desigualdades educacionais com foco nas questões associadas à transgeneridade.

Contribuição de autoria: coleta e análise dos dados, construção do texto e interpretação dos resultados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7026533194361147>

E-mail: netocalandrini.azevedo@gmail.com

ⁱⁱ **Vergas Vitória Andrade da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3730-5938>

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente na Escola de Aplicação da UFPA e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA. Líder do Grupo de Estudos em Sociologia, Educação e Desigualdades Sociais (GESEDES).

Contribuição de autoria: aprimoramento do texto e revisão final.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8909456290073930>

E-mail: vergas@ufpa.br

Editora responsável: Genifer Andrade.

Especialistas *ad hoc*: Thárcilo Luiz da Silva Hentzy e José Amaro da Costa.

Como citar este artigo (ABNT):

AZEVEDO NETO, Lauribaldo Calandrini de; SILVA, Vergas Vitória Andrade da. O peso das normas: transgeneridade, desigualdades e invisibilização de estudantes trans em instituições de ensino paraense. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15283, 2025. Disponível em:

Recebido em 24 de março de 2025.

Aceito em 08 de maio de 2025.

Publicado em 25 de julho de 2025.